



SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS..... 13

INTRODUÇÃO..... 15

Capítulo 1

**A SOCIEDADE INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA
E A GÊNESE E IMPORTÂNCIA DOS REGIMES E
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS..... 21**

1.1 Considerações iniciais..... 21

1.2 A gênese e as feições dos regimes e das organizações internacionais.....22

1.3 A atuação das organizações internacionais no condicionamen-
to de condutas da sociedade internacional contemporânea 30

1.4 As organizações internacionais e a soberania estatal..... 37

1.5 Globalização econômica, legitimidade e lógicas diferenciadas
no âmbito de atuação das organizações internacionais..... 46

1.6 Considerações finais..... 50

Capítulo 2

**O GATT, A OMC E A INSTITUCIONALIZAÇÃO
DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS 53**

2.1 Considerações iniciais..... 53

2.2 A posição de proeminência da OMC 54

2.3	Antecedentes históricos.....	57
2.4	O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)	61
2.5	A Organização Mundial do Comércio	65
2.5.1	Os avanços da Rodada Uruguai	65
2.5.2	A passagem do GATT para o regime da OMC.....	70
2.5.3	O <i>status</i> jurídico da OMC.....	74
2.5.4	A organização institucional da OMC.....	77
2.5.5	O processo de tomada de decisões	79
2.5.6	Os Membros da OMC	81
2.5.7	O Mecanismo de Solução de Controvérsias.....	84
2.5.7.1	Introdução	84
2.5.7.2	Âmbito de atuação.....	85
2.5.7.3	O Órgão de Solução de Controvérsias.....	86
2.5.7.4	A fase pré-litígio: as consultas.....	86
2.5.7.5	A primeira instância: os painéis e a adoção de seus relatórios.....	88
2.5.7.6	A segunda instância: o Órgão de Apelação.....	90
2.5.7.7	A aplicação das recomendações do OSC.....	91
2.6	Considerações finais.....	93

Capítulo 3

O REGIME INTERNACIONAL DA TRIBUTAÇÃO E O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO DAS ORDENS TRIBUTÁRIAS NACIONAIS 95

3.1	Considerações iniciais.....	95
3.2	Soberania, poder estatal de tributar e limites à atuação das or- ganizações internacionais.....	96
3.3	A existência de um regime internacional da tributação.....	101
3.4	O regime internacional da tributação e a aproximação das or- dens tributárias nacionais.....	107
3.5	A (des)necessidade de uma organização tributária internacional.....	111

3.6	Vias tradicionais de aproximação tributária e um novo enfoque.....	117
3.7	Considerações finais.....	123

Capítulo 4

A MATÉRIA TRIBUTÁRIA NOS ACORDOS DA OMC..... 125

4.1	Considerações iniciais.....	125
4.2	Os níveis de atuação da OMC em matéria tributária	126
4.3	O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT	128
4.3.1	Características Gerais.....	128
4.3.2	O Princípio da Não Discriminação no GATT	129
4.3.2.1	A cláusula da nação mais favorecida: a dimensão externa do princípio da não discriminação	130
4.3.2.2	A cláusula do tratamento nacional: a dimensão interna do princípio da não discriminação.....	138
4.3.3	As especificidades da não discriminação no âmbito do GATS.....	150
4.3.4	Uma comparação entre diferentes regimes de não discriminação	155
4.3.4.1	As normas do artigo 24 da Convenção-Modelo da OCDE.....	156
4.3.4.2	As normas no Tratado da União Européia.....	160
4.3.4.3	O princípio da não discriminação em matéria tributária: uma comparação entre os sistemas da OMC, OCDE e União Europeia	166
4.4	Acordo Geral sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC)....	170
4.4.1	Considerações iniciais	170
4.4.2	Os subsídios e a vinculação (de fato ou de direito) ao desempenho exportador	174
4.4.3	Os subsídios proibidos constantes do Anexo I do ASMC... ..	176
4.4.3.1	Normas em matéria de tributação direta.....	176
4.4.3.2	Normas em matéria de tributação indireta	178
4.4.3.3	Normas em matéria de tributos vinculados à importação.....	180
4.5	Considerações finais.....	182

Capítulo 5

O CASO *FOREIGN SALES CORPORATION* COMO PARADIGMA TRIBUTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DA OMC..... 185

5.1	Considerações iniciais.....	185
5.2	O contexto do Caso FSC.....	189
5.3	As FSC e o litígio acerca de seu regime tributário	195
5.4	O Caso FSC: questões suscitadas e abordadas.....	200
5.4.1	O tratamento tributário das FSC como subsídio proibido	200
5.4.2	A referência normativa no caso das receitas “que em outro caso seriam devidas”	209
5.5	O Caso FSC: questões suscitadas e não abordadas	213
5.5.1	Os sistemas tributários à luz dos Acordos da OMC.....	213
5.5.2	Os métodos de determinação dos preços de transferência ofertados às FSC.....	217
5.5.3	Os subsídios condicionados ao emprego de produtos nacionais preferencialmente aos produtos importados	221
5.5.4	Os acordos para evitar a dupla tributação no marco da OMC	222
5.6	Considerações finais.....	231

Capítulo 6

O PAPEL DA OMC NO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO DAS ORDENS TRIBUTÁRIAS NACIONAIS..... 233

6.1	Considerações iniciais.....	233
6.2	A evolução do sistema multilateral do comércio em termos de suas pretensões de harmonização das leis nacionais	234
6.3	O cruzamento de lógicas distintas no direito internacional e a interdisciplinarização da atuação da OMC.....	242
6.4	As relações entre comércio internacional e tributação.....	246
6.5	As repercussões tributárias dos acordos e decisões da OMC e o poder estatal de tributar	250

6.6	A OMC como via de aproximação das ordens tributárias nacionais.....	257
6.7	Alguns temas de amplo potencial para a aproximação das ordens tributárias nacionais.....	268
6.7.1	A influência do marco normativo da OMC nos sistemas tributários nacionais.....	268
6.7.2	A reconformação do princípio da não discriminação em sede tributária.....	270
6.7.3	O formalismo tributário e a substância dos atos negociais e das medidas fiscais estatais.....	270
6.7.4	O combate à concorrência internacional fiscal perniciosa..	274
6.8	Considerações finais.....	277
CONCLUSÃO.....		279
REFERÊNCIAS.....		291
1	ARTIGOS E LIVROS.....	291
2	FONTES PRIMÁRIAS.....	300
2.1	Organização Mundial do Comércio.....	300
2.1.1	Acordos da OMC.....	300
2.1.2	Casos julgados pelo MSC da OMC.....	300
2.2	Outros documentos.....	301